

Feijão e arroz têm preço livre

O arroz, feijão preto, carne bovina, frango, vestuário e calçados — e tudo mais que não está controlado pelo CIP nem em liberdade vigiada — não têm compromisso oficial com o redutor. Ou seja, seus preços podem ser reajustados acima dos 90% da inflação do mês anterior. Ainda assim, o redutor pode ser o caminho para o endurecimento no controle de preços, após a onda de liberações promovida em julho e agosto deste ano.

Isso porque, teoricamente, o redutor foi criado para ser aplicado não apenas sobre os poucos produtos rigorosamente controlados pelo governo (açúcar, pão e automóveis, entre outros), como também sobre os inúmeros itens hoje enquadrados no regime de liberdade vigiada — através do qual a empresa determina o reajuste no preço de seu produto e, em seguida, envia a planilha de custos ao CIP, que tem 48 horas para se pronunciar, antes de o aumento entrar em vigor. Nesse caso estão muitos produtos de consumo, como eletrodomésticos, café, óleo de soja, sabão em barra etc.

Para os consumidores, resta a esperança de que, pelo menos no caso dos poucos itens controlados pelo governo, a aplicação do redutor deverá ser respeitada. Nessa lista, entram o leite C, pão francês, farinha de trigo, açúcar refinado, refrigerantes, cervejas, cigarros, massas, produtos farmacêuticos, papel higiênico (com exceção dos de folha dupla de alta qualidade), sabonetes, absorventes higiênicos, cremes dentais, automóveis e uma série de matérias-primas.

Mas para as indústrias que se acostumaram, nos últimos três meses, a viver na liberdade vigiada (e, em alguns casos, a praticar abusos nos preços), o redutor significa que, a partir de agora, independente da variação dos custos de produção, seus preços não poderão subir além dos 90% do IPC do mês anterior. Nesse quadro, está uma enorme variedade de produtos de varejo: eletroeletrônicos, água sanitária etc.

É claro que a vigilância da aplicação do redutor, nesses casos, exigirá esforço redobrado das câmaras setoriais — que reúnem empresários e técnicos do governo. O redutor parece trazer também, implicitamente, o seguinte recado: quem alegava defasagem de preços e não conseguiu aumento (seja os setores controlados pelo governo ou em liberdade vigiada) perdeu a vez. Pelo menos é o que esperam os consumidores.